

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Projeto prevê marco legal da energia solar.....	2
Título: Cemig troca gestão e mantém plano	3
Título: Curta	5
Título: Vale negocia compra de fatia da elétrica na Aliança	6
Título: CBMM faz aposta alta em carros elétricos	7
Título: Curtas	9
Título: Abertura do refino e do gás natural deve movimentar o ano	10
Título: Concessão de crédito a cana irrigada na BA depende do CMN	12
Título: Preço do etanol nos postos bate recorde.....	14
Título: Base na Antártica é reaberta ao custo de R\$ 100 milhões	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	17
Título: Ministro garante reposição da inflação para o mínimo	17
Título: Petrobrás deve fechar fábrica de fertilizante e 1.000 podem ser demitidos no Paraná	18
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	19
Título: Petrobras reduz em 3% preço da gasolina e do diesel na refinaria	19
Título: Brasil inaugura sua nova base na Antártida	20
VEÍCULO: O Globo	23
Título: Petrobras reduz em 3% preços da gasolina e do diesel nas refinarias.....	23
Título: Exploração legal ajuda a proteger reservas indígenas	23
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	25
Título: Freio da Petrobras	25

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 12/01/2020****Seção: Política****Autor: Daniel Rittner — De Brasília****Título: Projeto prevê marco legal da energia solar**

O deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG) acertou com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a apresentação de projeto de lei, na volta do recesso parlamentar, para criar um marco legal da energia fotovoltaica. As discussões ganharam força com a polêmica em torno da “taxa solar” em análise pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Na verdade, o que a agência propunha era o corte de um incentivo à geração distribuída e não uma nova taxa, mas o assunto sofreu interferência direta do presidente Jair Bolsonaro e dominou o noticiário.

O projeto do deputado mineiro prevê dois caminhos diferentes. Para quem já tem painéis fotovoltaicos instalados, o benefício continua valendo indefinidamente. É, segundo Andrada, uma forma de dar segurança jurídica aos contratos firmados. Novas instalações ficam com os incentivos atuais, sem nenhuma mudança, até o fim de 2021. A partir de janeiro de 2022, a geração distribuída entra em um processo de corte gradual dos estímulos.

Os produtores de energia por meio de geração local (normalmente com placas colocadas no teto das residências) teriam um aumento escalonado da cobrança pelo uso da rede das distribuidoras. Hoje eles ganham isenção total do pagamento da tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD). A ideia do deputado é fixar um pagamento de 10% da TUSD a partir de 2022, que subiria a cada biênio: para 30%, 50% e 75%. No fim de um período de dez anos, atingiria a cobrança cheia.

A mesma transição valeria também para os produtores por meio de “geração compartilhada”. Essa figura, hoje inexistente, permitiria o estabelecimento de “consórcios” entre microgeradores de renda mais baixa para que eles possam instalar conjuntamente placas fotovoltaicas em um ponto mais afastado e gerar créditos para suas contas de luz.

É distinto da geração remota, que são “condomínios solares” criados por empresas em terrenos geralmente baratos e longe dos centros de consumo. Eles podem produzir uma energia, por exemplo, no oeste da Bahia e abastecer agências bancárias ou uma rede de farmácias em Salvador. Só é preciso estar na

mesma área de concessão da distribuidora. No caso da geração remota, Andrada proporá a continuidade dos incentivos para quem já atua, mas o pagamento integral pelo uso da rede a partir de 2022.

Ao **Valor**, o deputado explicou que pretendia apresentar o PL na sexta-feira passada, mas falou com Maia e reconsiderou. Isso porque não haveria diferença para a tramitação da proposta até a volta do recesso e o adiamento permite coordenar posições com outro deputado, Silas Câmara (Republicanos-AM), também autor de um projeto - mais enxuto - sobre geração distribuída. A ideia, segundo Andrada, é acelerar os trâmites. Seja por meio de comissão especial ou de um requerimento de urgência.

Andrada avalia que o Ministério da Economia, ao projetar em R\$ 34 bilhões o custo dos incentivos para a geração distribuída até 2035, conta apenas “um pedacinho da história”. “É como um livro-caixa que só registra as despesas, mas nunca as receitas.”

Ele explica: ao produzir eletricidade de forma local, os micro e minigeradores não têm as mesmas perdas técnicas que afetam as redes de transmissão para ligar usinas centralizadas aos grandes centros de consumo. Além disso, ao prover energia mais barata, leva a uma economia do sistema com a geração de térmicas a gás natural, a carvão e a óleo combustível. Só em novembro, diz Andrada, a geração distribuída poupou R\$ 68 milhões ao evitar o acionamento das térmicas e mais do que compensou os incentivos recebidos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/01/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, Letícia Fucuchima e Raquel Brandão — Do Rio e de São Paulo

Título: Cemig troca gestão e mantém plano

O ex-presidente da transmissora ISA CTEEP Reynaldo Passanezi Filho assumiu ontem a presidência da elétrica mineira Cemig, no lugar de Cledorvino Belini, com o objetivo de intensificar o programa de desinvestimentos da empresa e adotar medidas que contribuam para a privatização da estatal. A troca, que pegou o mercado de surpresa, foi bem recebida por investidores, porém ainda há ceticismo sobre a efetividade da mudança para o plano de desestatização da companhia.

As ações ON da Cemig fecharam o pregão de ontem em alta de 2,1%, a R\$ 17, enquanto os papéis PN avançaram 2,81%, a R\$ 15,35. Os ganhos aceleraram

durante a tarde, após o **Valor PRO**, serviço de informação em tempo real do **Valor**, ter noticiado que a companhia e a Vale devem abrir tratativas envolvendo a Aliança Energia (leia reportagem abaixo).

Com a escolha do nome de Passanezi, o governo de Minas Gerais dobra a aposta em sua agenda de privatizações. Em fato relevante divulgado ontem, a Cemig ressaltou que o executivo possui “ampla experiência em reestruturações empresariais, fusões e aquisições”. Na mesma direção, o governo mineiro informou, em nota, que Passanezi está alinhado com o programa de privatizações do Estado.

Na opinião de um analista do setor elétrico, que falou sob condição de anonimato, contudo, a troca no comando da Cemig não aponta para uma mudança drástica em relação ao que vinha sendo feito na gestão anterior. “Fica na mesma. Não é exatamente negativo, mas também não transmite a mensagem de que agora o processo [de privatização] vai andar”.

Segundo ele, Belini comandou importantes ações para o futuro da Cemig, mas não havia muito mais o que o executivo pudesse fazer pela privatização, já que a empreitada depende principalmente de fatores políticos, como a articulação entre o Executivo mineiro e a assembleia estadual. De todo modo, o analista acredita que, ao trazer um nome do setor elétrico, o governo de Romeu Zema (Novo) parece tentar manter a confiança dos investidores na privatização.

Experiente executivo do mercado de energia, Passanezi é uma referência no setor. Ele presidiu a ISA CTEEP entre 2013 e 2019. Sob sua gestão, a companhia teve o desafio de lidar com o governo federal nas discussões relativas às indenizações por investimentos não amortizados em ativos antigos de transmissão que tiveram a concessão renovada no âmbito da polêmica Medida Provisória 579/2012.

Na ocasião, a ISA CTEEP decidiu que só voltaria a investir em novos empreendimentos no Brasil quando fosse definido o modelo de remuneração da indenização dos ativos antigos. A companhia chegou a um acordo com o governo e retornou aos leilões de transmissão. Passanezi saiu da ISA CTEEP no ano passado deixando a empresa entre as líderes do setor de transmissão de energia do país.

A nomeação de Passanezi para a presidência foi formalmente decidida em reunião do conselho de administração da Cemig na manhã de ontem. O **Valor** apurou, no entanto, que o assunto começou a ser tratado na semana passada.

Em carta de despedida divulgada pela Cemig, Belini disse que sua decisão de deixar a o cargo foi motivada por “necessidade de caráter pessoal”. A pedido de Zema, porém, ele permanecerá no conselho de administração da empresa.

O **Valor** apurou que pesou na saída o desgaste do executivo com parte da força de trabalho da Cemig, incluindo alguns gerentes e superintendentes, devido à resistência interna em relação à agenda de privatização. “Muitas coisas que ele queria fazer não dependiam só dele”, afirmou uma fonte.

Ex-executivo da Fiat no Brasil e na América Latina, Belini havia se aposentado em 2017, mas aceitou o convite para presidir a Cemig, em fevereiro de 2019, para contribuir com os planos de Zema.

Em comunicado, a Cemig afirmou que o mandato de Belini se caracterizou “pela revisão do planejamento estratégico do grupo e efetividade na implementação de diversos programas visando acelerar a otimização da alocação de capital e a recuperação econômico-financeira, com ênfase em ganho de eficiência operacional e melhoria no atendimento aos clientes”.

Na carta de despedida, Belini disse que a Cemig “aprumou-se” e voltou a ser lucrativa. “As decisões intempestivas, desviantes, perdulárias ou mal-intencionadas já não encontram espaço na empresa”, afirmou. “A Cemig hoje tem rumo, tem objetivos, metas e indicadores, que acompanham e cobram resultado desde as equipes de campo até o presidente da companhia”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/01/2020

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curta

Preço do combustível

A Petrobras vai reduzir em cerca de 3% o preço da gasolina e do diesel comercializado em suas refinarias a partir de hoje. A informação foi publicada inicialmente pela agência de notícias Reuters e confirmada pelo Valor. Este é o primeiro ajuste nos preços dos combustíveis feito após o início do conflito entre EUA e Irã. No início da crise, o preço do petróleo, chegaram a registrar forte alta, porém recuaram nos dias seguintes.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 12/01/2020****Seção: Empresas****Autor: Maria Luíza Filgueiras — De São Paulo****Título: Vale negocia compra de fatia da elétrica na Aliança**

A mineradora Vale e a Cemig iniciaram as negociações em torno da Aliança Energia, na qual as duas são acionistas. Conforme três fontes ouvidas pelo **Valor**, a Vale contratou o Santander para ser seu assessor financeiro na transação, em que pretende comprar a fatia da sócia.

A Aliança é uma joint venture criada em 2015 para geração e comercialização de energia, em que a Vale tem 55% e a Cemig 45%. A fatia da Cemig é avaliada em, no mínimo, R\$ 2 bilhões. Conforme uma fonte, esse é o preço de referência da participação quando a companhia foi criada. Isso avaliaria a Aliança em R\$ 4,44 bilhões.

A negociação vai de encontro ao interesse estratégico das duas partes. A Cemig vem fazendo desinvestimentos, como parte do plano do governo de Minas de desalavancar a companhia, levantar capital e caminhar para a privatização do serviço. Na semana passada, o **Valor** antecipou que a Cemig contratou o Bank of America para vender sua participação de 21,7% na transmissora Taesa. Essa fatia vale cerca de R\$ 2,3 bilhões.

Já a Vale tem a meta de se tornar autossuficiente em energia elétrica até 2030, utilizando fontes renováveis. Pouco mais de 60% da energia consumida pelas operações da Vale no Brasil é proveniente de autoprodução atualmente, conforme dados de relatórios da mineradora. Por isso busca os contratos de fornecimento de longo prazo e firmou essa parceria. Na Aliança, boa parte da energia gerada é fornecida às operações da Vale por meio desses contratos.

A Aliança tem sete usinas hidrelétricas em Minas Gerais e um complexo eólico no Ceará, totalizando 1.257 megawatts de potência instalada. Ela gera anualmente mais de 3 mil gigawatt/hora (GWh) e vende o dobro disso. Em dezembro, a companhia anunciou dois novos parques eólicos - o Projeto Gravier, no Ceará, e o Complexo Eólico Acauã, no Rio Grande do Norte -, que somarão investimento de R\$ 784 milhões. Com eles, a capacidade instalada subirá para 1.431 MW.

Conforme seu balanço, a Aliança teve lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de R\$ 511,2 milhões em 2018 e lucro líquido de R\$ 198,3 milhões. A companhia ainda não publicou seu relatório sobre 2019.

A Cemig chegou a contratar o banco Itaú BBA em 2016 para essa negociação, mas depois as duas empresas decidiram postergar a transação. O banco J.P. Morgan também pode participar da negociação, conforme uma das fontes, mas ainda não firmou contrato.

“A princípio, é uma negociação direta de compra pela Vale da fatia da Cemig”, diz uma pessoa com conhecimento do assunto. “Como as conversas estão começando, se não houver um consenso as empresas podem procurar um terceiro interessado”, complementou a fonte, ressaltando no entanto que esse caminho é pouco provável.

A Vale e a Cemig tem uma outra joint venture, a Aliança Norte Energia Participações, acionista da usina hidrelétrica de Belo Monte. Essa operação não está em discussão no momento entre as partes.

Procurada, a Vale não comentou. Os bancos não comentam potenciais operações. Ontem, após a notícia publicada no **Valor PRO**, serviço de informação em tempo real do **Valor**, as ações da Vale atingiram a maior cotação em um ano. Os papéis ON terminaram o pregão a R\$ 55,30, com alta de 3,64%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/01/2020

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro — De São Paulo

Título: CBMM faz aposta alta em carros elétricos

Consolidada como líder global na produção e fornecimento de produtos do nióbio, principalmente à indústria do aço, a brasileira Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) centra esforços, e investimentos, em uma nova fronteira de negócios: baterias para carros elétricos. Apenas em 2019, o projeto baterias da empresa consumiu R\$ 40 milhões do seu orçamento anual de desenvolvimento tecnológico. E não deve parar por aí.

Hoje, o ferronióbio é o produto carro-chefe da companhia, responsável pela venda, em volume, de mais de 90% do total comercializado de quase 100 mil toneladas em 2019. Por volta de 2030, a expectativa da empresa é que o negócio baterias - acompanhando o crescimento da fabricação de carros elétricos no mundo - já responda por 40% das suas vendas de nióbio. A siderurgia é ainda o grande mercado, com uso do metal em aços de alta resistência para fabricação de dutos de petróleo e gás, entre outros usos.

Na corrida dos materiais que vão compor as atuais e futuras baterias de carros elétricos, liderado pelo metal de lítio, a CBMM olha também o grafeno, oriundo do mineral grafita, que mostra sinergias com o nióbio. Com a combinação dos

dois elementos, a ideia é ser um fornecedor global de placas utilizadas na fabricação de baterias recarregáveis.

No ano passado, a empresa comprou 26% do capital de uma startup criada por brasileiros situada em Cingapura e que já tem estudos avançados de aplicações do grafeno. Trata-se de um material com diversas características - melhor condutor de calor que o diamante e 200 vezes mais forte que o aço, entre outras propriedades. Ainda neste ano, a aquisição de outra startup está no radar da empresa, disse ao **Valor** o presidente da CBMM, Eduardo Ribeiro.

O grafeno, em conjunto com o óxido de nióbio, poderá dar origem a soluções mais competitivas em baterias do que as que são desenvolvidas hoje. O executivo menciona alguns exemplos: carga mais rápida, maior densidade de energia e maior segurança. “Nosso objetivo é acelerar o desenvolvimento das baterias com óxido de nióbio”, disse Ribeiro.

O executivo informou que os investimentos no programa de tecnologia têm ficado na faixa de R\$ 150 milhões a R\$ 200 milhões ao ano. “A tendência é que vão crescer nos próximos cinco anos e o projeto baterias vai acompanhar e ser parte importante, além de desenvolvimento de novas aplicações para siderurgia”, diz.

Um grande desafio hoje é a redução do peso das baterias para carros elétricos. Montadas como assoalho do automóvel, os tipos desenvolvidos chegam a 500 quilos. A meta é trazer para metade disso. A recarga atual de uma bateria é de seis horas. O objetivo é reduzir para seis minutos e, assim, dar mais autonomia ao veículo movido a baterias elétricas.

A CBMM está na parceria com a Toshiba há três anos. O projeto da bateria à base de lítio tem uma planta piloto em Yokohama, no Japão. Neste ano, estão previstos testes para produção em escala da bateria com placa (células) com óxidos de nióbio e de titânio. Todos esses desafios tecnológicos terão de ser vencidos ao longo dos anos. Há acordos com as montadoras Suzuki e Nissan, informa o presidente da CBMM.

Do lado de cá do mundo, em Araxá, onde está a mina de onde se extrai o mineral que dá origem ao nióbio e sua unidade de metalurgia, a CBMM tem um laboratório de baterias em operação, com um grupo de profissionais totalmente dedicado ao projeto.

Como o automóvel é o foco, a empresa tem participação atuante em eventos internacionais da Fórmula E, corridas de carros elétricos, da qual é patrocinadora em eventos ocorridos e previstos em cidades como Paris, Nova York, Hong Kong, Roma, Berlim, Cidade do México e Punta del Este. Em 2021,

começa a participar da Extreme E, competição “off road” elétrica, com veículos fabricados com material de nióbio - baterias, chassis, rodas e outros componentes. Além disso, a empresa tem convênios com universidades e instituições e organiza simpósios e workshops com especialistas internacionais.

Atualmente, no site de Araxá, a CBMM faz mais de 90 mil toneladas de produtos de nióbio - ligas diversas, com destaque para o ferronióbio, até nióbio metálico - no limite da capacidade instalada, de 100 mil toneladas por ano. “Em setembro, vamos concluir nosso plano de expansão da usina, chegando a 150 mil toneladas, com investimentos de R\$ 550 milhões”, afirma Ribeiro. No momento, há 2,2 mil pessoas trabalhando a todo vapor nessa obra.

Segundo o executivo, é o maior investimento já realizado na empresa. Antes, diz, não passava de R\$ 300 milhões. “O mercado tem de ver que tenho capacidade de entregar o produto para ele poder desenvolver novas aplicações. Preciso passar essa confiança.”

O maior cliente da CBMM é a China, que levou 32 mil toneladas em 2019, o dobro de 2017. A seguir vêm Europa e Oriente Médio. O terceiro lugar é de outra região da Ásia, que tem à frente Japão, Coreia do Sul, Índia e Taiwan. Américas do Norte e Sul ficam com quase 15 mil toneladas.

Controlada pela família Moreira Salles (70%) e com dois sócios asiáticos relevantes - 15% de cada um - a companhia teve receita de R\$ 7,8 bilhões em 2018. Tudo indica que o desempenho do ano passado - recorde em vendas - superou R\$ 8 bilhões. A empresa é lucrativa e tem quase nada de dívida.

A CBMM detém 80% das vendas mundiais e possui reservas de minério para mais de 100 anos de atividades. Sua principal concorrente é a chinesa CMOC, que também atua no Brasil, a canadense Niobec e a peruana Minsur.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/01/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Enel inicia operação

A Enel Green Power, subsidiária brasileira de geração de energia renovável do grupo italiano Enel, iniciou a operação de um projeto de geração de energia

solar de 475 megawatts (MW) de capacidade, no complexo de São Gonçalo, localizado em São Gonçalo do Gurguéia, no Piauí. O empreendimento, a maior unidade solar do grupo no Brasil, exigiu investimentos de R\$ 1,4 bilhão. A energia gerada pelo empreendimento será dividida entre mercado livre e cativo. Da capacidade instalada total, 265 MW são apoiados por contratos de 20 anos de fornecimento de energia para distribuidoras, negociados em leilão de energia organizado pelo governo. Os 210 MW restantes serão comercializados no mercado livre.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/01/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Abertura do refino e do gás natural deve movimentar o ano

O ano de 2020 promete ser movimentado para a indústria de óleo e gás. Na agenda do setor, estão previstos para este ano avanços na abertura dos mercados de refino e gás natural. Além disso, a expectativa é que a regulação seja rediscutida, frente à necessidade de preparação do terreno para a abertura desses dois segmentos. Na área de exploração, o calendário de leilões ofertará, pelo quarto ano consecutivo, novas oportunidades de aquisições para as petroleiras. Enquanto isso, as companhias vivem a expectativa de que, após a decepção das rodadas do pré-sal de 2019, o fim do regime de partilha entre na pauta do Congresso.

Em pleno curso, o programa de desinvestimentos da Petrobras deve agitar não só as aquisições, mas também o mercado de capitais. No refino, a previsão é que as primeiras privatizações comecem a ganhar corpo ao fim do primeiro trimestre, para quando a estatal espera receber as ofertas finais pelas unidades do primeiro pacote de ativos colocado à venda: Rnest (PE), Rlam (BA), Repar (PR) e Refap (RS). A petroleira acredita que os primeiros contratos de venda de refinarias serão assinados ainda neste ano, embora a conclusão dos negócios deva ficar para 2021.

No caso do gás, os desinvestimentos devem avançar de forma mais rápida. Para 2020, a estatal espera cumprir o acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para sair integralmente da distribuição e transporte de gás. A venda da fatia remanescente de 10% na Transportadora Associada de Gás (TAG) e na Nova Transportadora do Sudeste (NTS) não deve se alongar. A Petrobras já sinalizou também a intenção de realizar, no segundo semestre, a venda do negócio de distribuição de gás, por meio de um IPO (sigla em inglês para oferta pública inicial de ações) da Gaspetro.

Para além dos setores de refino e gás, outro destaque aguardado é a venda da Braskem. A exemplo da Gaspetro, a intenção da empresa é se desfazer da petroquímica por meio do mercado de ações até o fim do ano.

Na área de exploração de óleo e gás, a expectativa é que as petroleiras intensifiquem as perfurações no pré-sal, atrás de descobertas nas áreas adquiridas nos leilões dos últimos três anos. O sócio da área de energias e recursos naturais da KPMG, Anderson Dutra, destaca que 2020 deve ser marcado também pela sequência das licitações de blocos exploratórios. “Acredito também numa discussão muito forte sobre o regime de partilha”, afirma o especialista.

Em dezembro, a nova presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), Clarissa Lins, disse ao **Valor** que o setor vai tratar como prioridade a defesa do regime único de concessão para atividades de exploração e produção. No Brasil, as áreas exploratórias são licitadas sob o regime de partilha - quando os ativos estão dentro do polígono do pré-sal - e sob o modelo de concessão nos demais casos.

Segundo ela, o esvaziamento dos leilões de partilha de 2019 sugere que o regime se esgotou, após edições de sucesso nos anos anteriores. Desde 2017, as multinacionais investiram R\$ 13,9 bilhões na aquisição de ativos, nas rodadas de partilha, mas, no ano passado, as petroleiras privadas se ausentaram por completo da 6ª Rodada do pré-sal e do leilão dos excedentes da cessão onerosa.

Uma eventual discussão sobre o marco legal do pré-sal pode afetar o calendário dos leilões previsto para 2020

O desejo das petroleiras encontra eco no próprio governo. O ministro da Economia, Paulo Guedes, atribuiu a frustração dos leilões de partilha de 2019 ao modelo de outorga adotado e defendeu a extinção da partilha. Para o chefe de pesquisa na área de exploração e produção da Wood Mackenzie na América Latina, Marcelo de Assis, porém, a agenda curta do Legislativo, em meio à corrida eleitoral, é um desafio para que a revisão do marco legal do pré-sal avance em 2020. “Acredito que o governo possa realizar o leilão de partilha, este ano, revisando os termos [os bônus de assinatura e percentuais de óleo destinada à União]”, disse.

Dutra, da KPMG, destacou que uma eventual discussão sobre o marco legal do pré-sal pode afetar o calendário dos leilões. “Enquanto o futuro da partilha não for definido, tenho dúvidas de que a 7ª Rodada do pré-sal será marcada para 2020. Mas não tenho dúvidas de que teremos uma 17ª Rodada de concessões forte e a oferta permanente [mecanismo pelo qual a ANP coloca à disposição do mercado um pacote de ativos para compra sob demanda]”, afirmou.

Reconhecendo que a discussão sobre a partilha pode colocar em risco o calendário de leilões, a presidente do IBP defende que as duas agendas ocorram em paralelo, sem mudança de datas das licitações. “Entendemos que talvez tenhamos que caminhar em paralelo por um tempo [com a discussão sobre o fim da partilha, concomitantemente à continuidade dos leilões], mas queríamos deixar claro para os formuladores de políticas públicas que, conceitualmente e economicamente, o regime de concessão é benéfico no longo prazo para o Brasil”, defende.

Pelo regime de partilha, as petroleiras destinam parte do volume de óleo que produzem para a União e pagam royalties, com base em alíquota de 15% - superior à alíquota de até 10% prevista no regime de concessão. A administração dos contratos é considerada mais complexa e burocrática, uma vez que, nesse regime, as companhias têm direito a recuperar parte dos custos de exploração e produção das áreas, mas para isso precisam contabilizar e apresentar uma série de planilhas à PPSA, estatal que representa a União nos contratos. Já na concessão, as empresas ficam com todo o óleo produzido, mas pagam royalties e participações especiais (compensação financeira que incide sobre os maiores campos). Segundo as petroleiras, esse modelo estimula mais a eficiência, uma vez que os custos não são recuperados.

Ainda no campo regulatório, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) terá pela frente uma agenda intensa. Diante do avanço esperado na abertura do refino e gás, o órgão regulador se dedicará à revisão dos arcabouços regulatórios desses dois segmentos. Para 2020, estão previstas discussões sobre a separação entre a figura do transportador e dos agentes potencialmente competitivos dentro da cadeia de valor do gás; e diretrizes para o código de rede comum entre os diferentes transportadores. No abastecimento, a atualização das regras de controle de qualidade na revenda está na pauta.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/01/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Rafael Walendorff — De Brasília

Título: Concessão de crédito a cana irrigada na BA depende do CMN

A revogação do zoneamento agroecológico da cana, que impedia a concessão de crédito rural para a expansão do cultivo em áreas novas e que poderiam ter impacto ambiental, não resultou em novas contratações até o momento. Além da falta de demanda dos usineiros para plantar cana em biomas sensíveis, como Amazônia e Pantanal, duas resoluções do Banco Central (BC) que regulamentavam o tema continuam em vigor, o que tem gerado entendimentos divergentes em órgãos do governo e bancos.

O decreto do presidente Jair Bolsonaro que derrubou o zoneamento permitiu, em tese, o financiamento com recursos do crédito rural para novas áreas de cana na Amazônia, no Pantanal e na Bacia do Alto Paraguai, além de operações para regiões de alta declividade e novos projetos de irrigação.

Porém, as resoluções 3.813 e 3.814, que regulamentaram a questão em 2009, permaneceram no Manual de Crédito Rural (MCR) do BC. “As referidas resoluções do [Conselho Monetário Nacional] CMN continuam vigentes e não houve contratações de operações de crédito para cana-de-açúcar nas regiões citadas em novembro e dezembro de 2019”, informou o BC, em nota enviada para o **Valor**.

Inicialmente, o Ministério da Agricultura havia entendido que a derrubada do decreto do zoneamento revogava automaticamente as duas normas, mas, “diante de uma interpretação diferente do sistema financeiro”, a Pasta pediu ao Ministério da Economia, em 11 de dezembro, para revogar os atos.

O Ministério da Economia, por sua vez, afirmou, em nota, que “restará ao CMN retirar do Manual de Crédito Rural as travas que o decreto impunha”. O CMN ainda não deliberou sobre o tema e a próxima reunião do colegiado está marcada para o fim do mês.

Nas diretorias dos bancos públicos, principais financiadores de lavouras de cana no país, a questão ainda é uma incógnita, até porque quase não apareceram demandas para a contratação de empréstimos para projetos de cana que antes eram vetados no zoneamento.

A única proposta de financiamento público para projeto comercial até agora foi a do Grupo Paranhos. Com investimento previsto entre R\$ 170 milhões e R\$ 190 milhões, pediu R\$ 96 milhões ao Banco do Nordeste (BNB) em dezembro. Na última sexta-feira, membros do banco disseram a Sérgio Paranhos Filho, que comanda o negócio, em reunião em Salvador, que “não existe nenhuma restrição para contratação das operações”. Ao **Valor**, o BNB confirmou o pedido, mas informou que a concessão do crédito “aguarda outras condições independentemente da revogação do decreto”.

Enquanto isso, o grupo já iniciou os investimentos em Muquém do São Francisco (BA) com recursos próprios. A expectativa é que a usina, que será capaz de moer 2 milhões de toneladas de cana por safra, comece a operar em 2021. Para abastecer a planta, serão cultivados 8 mil hectares com cana irrigada em uma área antes dedicada a pecuária e grãos.

Outros bancos consultados, como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal e Sicredi, informaram que

não realizaram novas operações nas categorias elencadas. O Banco do Brasil não informou se recebeu pedidos de novos financiamentos nas modalidades agora permitidas, mas confirmou que as resoluções do BC ainda constituem uma trava. “Ainda consta impedimento para a concessão do crédito nas resoluções do Banco Central”, informou o BB, em nota.

No BNDES, um diretor avaliou que as resoluções não seriam uma trava, mas que a questão ainda não foi analisada porque não havia surgido esse tipo de demanda.

O presidente da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana), Alexandre Andrade Lima, disse que vai analisar o que pode ser feito para vencer burocracias remanescentes. Segundo ele, a principal demanda com a revogação do zoneamento era para projetos de irrigação na Bahia e em áreas de sequeiro em Mato Grosso.

“Era uma reserva de mercado das áreas tradicionais”, diz o empresário Paranhos Filho. A derrubada do zoneamento foi resultado direto da pressão do governo da Bahia, do petista Rui Costa, segundo uma fonte. O plano é criar um Polo de Desenvolvimento Bioenergético e Sucroalcooleiro no oeste do Estado. A região, já cultivada com grãos, é vista como um “Novo Eldorado” por alguns no setor sucroalcooleiro.

A Bahia produz 10% do etanol e 26% do açúcar que consome. Em novembro, o vice-governador, João Leão, capitaneou uma visita de investidores ao Médio São Francisco com a meta construir dez usinas nos próximos anos. **(Colaborou Camila Souza Ramos)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/01/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Preço do etanol nos postos bate recorde

Em Goiás, preço do biocombustível deixou de ser mais vantajoso que a gasolina

Os preços do etanol hidratado subiram para os motoristas da maior parte dos Estados na semana passada, de acordo com levantamento semanal da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O preço médio nacional subiu 0,35%, para R\$ 3,185 o litro, o maior valor da série histórica, iniciada em 2002.

Em Goiás, na semana até o dia 11 o preço médio do etanol nos postos perdeu competitividade ante a gasolina e aumentou 0,51% na comparação com a semana anterior, para R\$ 3,33 o litro, o equivalente a 70,2% do valor da gasolina. O consenso do mercado é que o etanol é economicamente mais vantajoso do que a gasolina para a média da frota flex do país quando seu preço está abaixo de 70% do valor do combustível fóssil. Porém, nos veículos mais novos, o etanol já consegue ser mais vantajoso quando a correlação de preço está em torno de 73%.

O etanol tem registrado sucessivas valorizações nas usinas conforme avança o período da entressafra, sem produção nova, e a demanda continua aquecida, já que os motoristas continuam dando preferência ao combustível renovável. Ao longo da semana passada, o etanol vendido nos postos subiu em mais Estados do que a gasolina. Foram registradas altas em 20 Estados e no Distrito Federal nos preços do biocombustível, enquanto o preço da gasolina aumentou em 15 Estados.

O preço do biocombustível continuou com mais de 30% de diferença ante a gasolina em São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. Nos postos paulistas, a média do preço do etanol ultrapassou os R\$ 3 por litro, alta semanal de 0,3%, ao passo que a gasolina ficou em R\$ 4,348 o litro, ligeira queda de 0,07% na semana. Em quatro semanas, o hidratado já subiu 0,97% nos postos paulistas.

O etanol nos postos de Mato Grosso, onde a oferta é impulsionada pelas novas usinas de milho, seguiu como o mais barato do país. No Estado, a alta foi de 1,81% na semana, para R\$ 2,985 o litro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/01/2020

Seção: Brasil

Autor:

Título: Base na Antártica é reaberta ao custo de R\$ 100 milhões

Quase oito anos depois do incêndio que a destruiu em 2012, a Estação Antártica Comandante Ferraz, base brasileira na Antártica, será reinaugurada hoje. O novo prédio, que fica na ilha Rei George, na Baía do Almirantado, está sendo erguido ao lado da atual base, que tem estrutura provisória.

As novas instalações contam com 17 laboratórios, oito dos quais equipados com recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTIC). O governo investiu cerca de US\$ 100 milhões na obra. No local, pesquisadores vão realizar estudos nas áreas de biologia, oceanografia, glaciologia, meteorologia e antropologia.

O titular do MCTIC, ministro Marcos Pontes, e o vice-presidente Hamilton Mourão participam da solenidade de reinauguração.

De acordo com o MCTIC, a pasta investiu R\$ 18 milhões em pesquisas na Antártica. Em 2019 foram destinados R\$ 2 milhões para equipar a nova estação com laboratórios, de biociências, bioensaios I e II, triagem, uso comum, microbiologia, biologia molecular e química - os oito de responsabilidade do MCTIC. A Estação Comandante Ferraz foi criada em 1984. Dois militares morreram e 70% das instalações foram perdidas no incêndio de 2012.

De acordo com Mourão, a estação “vai dar melhores condições de trabalho” aos pesquisadores brasileiros e manter a presença do país “no trabalho que está sendo feito pela comunidade científica internacional, de buscar respostas e avanços no conhecimento, na tecnologia, outras áreas que são pesquisadas”

A estação ocupa 4,5 mil metros quadrados e poderá hospedar 64 pessoas, segundo a Marinha. Cientistas da Fiocruz estão entre os primeiros a trabalhar na nova estação, desenvolvendo pesquisas na área de microbiologia, a partir da análise de fungos que só existem na Antártica, e no poder medicinal desses micro-organismos. A Agência Internacional de Energia Atômica (Aeia) também já confirmou que vai desenvolver projetos meteorológicos na base brasileira.

Para ficar acima da densa camada de neve que se forma no inverno, o prédio recebeu uma estrutura elevada. Os pilares de sustentação pesam até 70 toneladas e deixam o centro de pesquisa a mais de três metros do solo. Os quartos da base, com duas camas e banheiros, abrigarão pesquisadores e militares. A estação também tem uma sala de vídeo, locais para reuniões, academia de ginástica, cozinha e um ambulatório para emergências.

Em todas as unidades da base foram instaladas portas corta-fogo e colocados sensores de fumaça e alarmes de incêndio. Nas salas em que ficam máquinas e geradores, as paredes são feitas de material ultrarresistente. No caso de um incêndio, elas conseguem suportar o fogo durante duas horas e não permitem que ele se espalhe por outros locais antes da chegada do esquadrão anti-incêndio.

A estação tem ainda uma usina eólica para gerar energia a partir dos os ventos antárticos. Placas para captar energia solar também foram instaladas na base e vão gerar energia, principalmente no verão, quando o sol na Antártica brilha mais de 20 horas por dia.

O projeto de reconstrução da estação é todo brasileiro e começou a ser executado em 2017 pela empresa China Electronics Import and Export Corporation, que venceu a licitação. **(Com Agência Brasil)**

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 12/01/2020****Seção: Economia****Autor: Adriana Fernandes / BRASÍLIA****Título: Ministro garante reposição da inflação para o mínimo**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, deve dar sinal verde para elevar o valor do salário de 2020 e garantir a recomposição da inflação do ano passado. O assunto foi tema de reunião do ministro com a equipe na volta ao trabalho após um período de férias de fim ano. O custo adicional deve ficar entre R\$ 2 bilhões e R\$ 3 bilhões. A avaliação é que, se o governo não fizer o ajuste no mínimo para recompor a inflação passada, o próprio Congresso fará na volta dos trabalhos do Legislativo, com desgaste para o presidente Jair Bolsonaro.

O governo também quer evitar que os mais pobres tenham um reajuste menor já que para aposentadorias e pensões acima de um salário mínimo, o reajuste ficou em 4,48%. Esse valor é maior que a correção dos segurados do INSS que ganham um salário mínimo (4,1%). O salário mínimo foi fixado em R\$ 1.039, com alta de 4,1%. O ajuste ficou abaixo do Índice Nacional de Preços ao Mercado (INPC) de 2019, de 4,48%, que serve como base para correção do mínimo. Se for dado o mesmo índice sobre o salário mínimo vigente em 2019, o valor subirá para R\$ 1.042,71.

‘Abacaxis’. Guedes encontrou uma série de “abacaxis” para resolver, além do reajuste do mínimo: fila do INSS, fundo para compensar a alta do preço dos combustíveis, subsídios para templos religiosos e painéis solares e pressão para aumento dos recursos destinados ao programa Bolsa Família. Apesar dos temas delicados, o ministro voltou animado, repassou prioridades e metas ao seus secretários. Guedes disse que o trabalho foi “zerado, como se o governo começasse agora”.

Um integrante da equipe econômica informou ao Estado que todos os temas mais polêmicos precisam passar ainda pelas análises técnicas. Segunda a fonte, o governo “pode fazer muita coisa desde que escolha o que é prioritário”. O papel da equipe econômica, reforçou, é apenas alertar para as regras orçamentárias. As restrições são legais. Não há como criar novas despesas sem que se tenha claro a fonte orçamentária e se há espaço no teto de gastos (mecanismo que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação).

Auxiliares do ministro afirmam que o risco maior é uma parte do governo achar que o ajuste fiscal já foi feito. O Ministério da Economia já se posicionou contra a concessão de subsídios para a conta de luz de templos religiosos. O ministro,

no entanto, ainda não discutiu o assunto com o presidente da República, mas a tendência é que o governo recue por causa da repercussão negativa da proposta nas redes sociais – que tem sido chamada de “dízimo elétrico” e “dízimo de ateu”. A tentativa do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, de diminuir a polêmica, tampouco deu certo – ele considerou insignificante um custo de R\$ 37 milhões por ano.

O subsídio seria concedido aos templos de grande porte, conectados à alta tensão, que pagam valores até 300% mais altos no horário de ponta, entre o fim da tarde e o início da noite. Pelo plano em estudo, eles pagariam uma tarifa mais barata nesses horários, e a diferença seria repassada às tarifas dos demais consumidores.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/01/2020

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobrás deve fechar fábrica de fertilizante e 1.000 podem ser demitidos no Paraná

Notas

TRABALHO

A possível desativação por parte da Petrobrás da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen) em Araucária, no Paraná, deixou em xeque o trabalho de cerca de mil funcionários da instalação. Segundo o diretor do Sindiquímica Paraná, Caio Rocha, a diretoria da empresa não se posicionou oficialmente sobre o futuro do negócio, mas há sinalizações de que a subsidiária não deve durar muito tempo. A Petrobrás deve anunciar amanhã a desativação da unidade informaram fontes a par do assunto, destacando a falta de interesse de investidores em comprar a estrutura. No fim de 2019, a estatal fechou contratos de arrendamentos das unidades da Fafen em Sergipe e na Bahia. Nesses Estados, os funcionários foram realocados pela Petrobrás. O cenário para os empregados do Paraná é diferente, segundo Rocha, e não deve ocorrer o reaproveitamento dos trabalhadores em outras unidades. Procurada, a Petrobrás não se manifestou.

COMBUSTÍVEIS

Preço da gasolina e do diesel cai 3% na refinaria

A Petrobrás confirmou ontem notícia antecipada pelo Estadão/ Broadcast de queda do preço da gasolina e do diesel, puxada pela redução do preço do

petróleo no mercado internacional desde a semana passada, com o recuo das tensões entre os EUA e Irã. Segundo a estatal, valor da gasolina terá recuo de 3% a partir de hoje nas refinarias da estatal, mesmo porcentual que será aplicado ao diesel.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 12/01/2020

Seção: Mercado

Autor: RIO DEJANEIRO | REUTERS

Título: Petrobras reduz em 3% preço da gasolina e do diesel na refinaria

A Petrobras reduzirá o preço médio da gasolina e do diesel nas refinarias em 3% a partir desta terça-feira (14).

A gasolina não sofria alteração de preço desde 1º de dezembro, enquanto o diesel — combustível mais comercializado do país — tinha a cotação estável desde 21 de dezembro.

A Petrobras tem reiterado que sua política de preços para a gasolina e o diesel segue o princípio da paridade de importação, formada pela cotação internacional dos produtos mais os custos de importadores, como transporte e taxas portuárias, com impacto também do câmbio.

O repasse dos ajustes de preço nas refinarias para o consumidor final nos postos depende de diversos fatores, como impostos, margens de distribuição e revenda e mistura de biocombustíveis.

No início de janeiro, após início da tensão Estados Unidos e Irã, Jair Bolsonaro disse que não irá interferir no preço da gasolina e que a tendência era que o valor do combustível se estabilizasse.

“Cai tudo no meu colo e parece que sou responsável por tudo. Querem que eu table. Não tem como tabelar. Nossa política não é essa. Políticas semelhantes no passado não deram certo. A nossa economia tá dando certo.”

O barril do petróleo do tipo Brent, referência internacional, chegou a superar os US\$ 70 depois de o Irã, com ataques a instalações dos EUA no Iraque, retaliar a morte do general Qassim Suleimani. Com o arrefecimento na tensão entre os países, no entanto, a cotação da matéria-prima caiu para o patamar de US\$ 64.

Nesta segunda (13), o dólar fechou em alta de 1%, a R\$ 4,14, maior valor desde 10 de dezembro

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 12/01/2020****Seção: Ciências****Autor: Cláudia Collucci****Título: Brasil inaugura sua nova base na Antártida**

Estação foi parcialmente destruída em 2012 por incêndio; após ajustes, funcionamento 100% só ocorrerá em abril

Antártida Oito anos após o incêndio que destruiu parte da Estação Comandante Ferraz e deixou dois mortos, e três anos após o início das obras de reconstrução, o Brasil inaugurará nesta terça (14), às 17h, a sua nova base para pesquisas científicas na Antártida.

A estação, porém, só estará funcionando 100% dentro de três meses, quando terminará a fase de testes.

Vários ajustes, como a temperatura dos laboratórios, estão sendo feitos. A internet também não funciona a contento. No domingo (12), quando começaram a chegar convidados à Estação Comandante Ferraz, incluindo 17 jornalistas, a rede passou a apresentar falhas de conexão. Segundo o pessoal de apoio, a demanda chegou a ser quatro vezes maior do que a capacidade da rede.

Por enquanto, a rotina da base acontece nos módulos emergenciais montados após o incêndio. Cozinha, refeitório, enfermaria e demais instalações ainda funcionam ali. O local abriga 62 pessoas.

“Estamos testando tudo. Assim que terminar a inauguração, vamos seguir com o treinamento do grupo base [que vai administrar a estação] para operar a estação. Por enquanto, está nas mãos dos nossos engenheiros da Marinha e dos cerca de 70 chineses [da empresa que executou a obra]. Em março, eles vão embora e fica por nossa conta. Tudo o que é novo pode dar algum probleminha”, diz o fiscal de reserva da Marinha, Geraldo Juaçaba Filho, gerente de fiscalização da obra.

O capitão de corveta da Marinha e subchefe da estação, Rafael Santana da Rocha, afirma que essa fase inicial de ajustes já estava prevista em contrato. “A estação está em fase de comissionamento. A qualificação do grupo continua até o final do verão”, diz.

Isso significa que as pessoas que vão tocar a base, que tem bem mais recursos tecnológicos que a anterior, ainda estão em treinamento.

Segundo Rocha, mais de 90% dos sistemas estão prontos para serem utilizados. “A gente migra para lá dia 14, mas precisamos entender a estação como um organismo vivo. A gente precisa operar para entender o sistema e nos qualificar como grupo base [que vai gerenciar o local].”

O vice-presidente, Hamilton Mourão, e os ministros Marcos Pontes (Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) e Fernando Azevedo e Silva (Defesa) confirmaram presença na cerimônia de inauguração.

A estação Comandante Ferraz, que fica na ilha Rei George, teve investimentos de US\$ 100 milhões (cerca de R\$ 415 milhões) do governo federal. Com 4.500 m² de área construída, abriga 17 laboratórios, tem capacidade para até 65 pessoas e é uma das mais modernas na região.

A Folha visitou nesta segunda (13) as novas instalações da base. Os militares da Marinha trabalhavam nos últimos testes elétricos e hidráulicos da estação. Cerca de 90% dos laboratórios já estão montados.

Os 10% restantes dependem de equipamentos já comprados e que estão em Punta Arenas (Chile) esperando o transporte na próxima saída do navio Almirante Maximiano para a Antártida, segundo Andrea Cancela, coordenadora de Mar e Antártica do MCTIC (Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações). Isso deve ocorrer ainda neste mês.

Um dos laboratórios já prontos tem um equipamento que transforma as amostras sólidas coletadas na Antártida, como gelo ou solo, em pó estabilizado. “Você chega no Brasil e reidrata”, explica o biólogo Paulo Câmara, da UnB (Universidade de Brasília), pesquisador que ajudou na montagem dos laboratórios.

Segundo ele, até então o transporte de amostras vivas, como bactérias e fungos, era muito complicado. “Ou se fazia como exigem as normas internacionais, com gelo seco em caixas especiais, o que era caro e inviabilizava o envio, ou se arriscava levando no bolso, correndo o risco de ser parado na Alfândega e ter a amostra apreendida, ou a gente desistia.”

Em outro laboratório, o microbiologista Luiz Rosa, professor da Universidade Federal de Minas Gerais, mostrava o primeiro experimento feito na estação nova, com várias lâminas com fungos coletados do ar da Antártida.

“São penicílios, produtores de penicilina. Eles dominam aqui na Antártida. Existem várias colônias, linhagens selvagens, espécies novas que podem produzir novas penicilinas. As bactérias vêm demonstrando resistência aos

antibacterianos atuais, então é muito importante estudar e buscar novos antibióticos.”

Para os pesquisadores o momento é de festa mas também de apreensão por causa de cortes de bolsas de estudos oferecidas pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), ligada ao MEC, que atingiram pós-graduandos que desenvolvem estudos na região.

Até outubro do ano passado, a Capes havia cortado em todo o país pelo menos 7.590 bolsas de pesquisas. Não há informação de quantas dessas bolsas são de alunos que estudam a Antártida em universidades brasileiras.

O Proantar (Programa Antártico Brasileiro) teve em 2018 o edital com maior valor da sua história, R\$ 18 milhões.

Segundo a assessoria de imprensa do ministério, R\$ 9 milhões já foram quitados e em agosto de 2020 está previsto o pagamento da terceira e última parcela, de R\$ 3 milhões.

Central faz controle e prevenção de incêndios na base

A base brasileira conta com uma central inteligente que controla as quatro zonas da estação, cada uma com seus próprios sistemas de alarmes contra incêndio. O fogo de 2012 matou dois militares, o suboficial Carlos Alberto Vieira Figueiredo e o primeiro-sargento Roberto Lopes dos Santos.

Em todas as unidades também foram instalados sensores de fumaça e portas corta-fogo e. Nas salas de máquinas e geradores, as paredes são feitas de material que suporta chamas por até duas horas.

Segundo o capitão tenente da Marinha e engenheiro de automação, Renato Pinha, uma das novidades da nova estação foi integrar esses sistemas anti-incêndio a outros equipamentos da estação.

“A primeira coisa a ser feita é o corte da ventilação, evitando que mais oxigênio entre no compartimento e o fogo ganhe volume”, diz.

O projeto de engenharia também foi desenvolvido para reduzir os impactos ambientais. Cerca de um terço da energia consumida vem de fontes renováveis produzida por placas solares e por uma mini usina eólica instalada no local.

A repórter Cláudia Collucci viajou à Antártida a convite da Marinha do Brasil

VEÍCULO: O Globo**Data: 12/01/2020****Seção: Economia****Autor: RAMONA ORDONEZ****Título: Petrobras reduz em 3% preços da gasolina e do diesel nas refinarias**

Enquanto todos temiam uma elevação nos preços da gasolina e do diesel por causa da instabilidade do petróleo causada pelo conflito entre os Estados Unidos e o Irã, a Petrobras anunciou ontem uma redução nas tarifas da gasolina e diesel em 3%. As novas tarifas começam a valer a partir de hoje em suas refinarias e bases.

A redução média nos preços do diesel e da gasolina não é igual em todas as bases e refinarias da Petrobras. No caso do óleo diesel, a queda foi da ordem de R\$ 0,06 por litro, sendo que na maior parte das bases a redução chegou a R\$ 0,065 por litro. A maior queda foi no Espírito Santo, de R\$ 0,15 por litro, seguido do Amazonas, com redução de R\$ 0,10 por litro.

Já a redução nos preços da gasolina foi da ordem de R\$ 0,057 por litro, sendo a maior queda também no Espírito Santo, de R\$ 0,10 por litro. A menor redução foi no Rio, de apenas R\$ 0,01 por litro. Em São Paulo, a queda chegou a R\$ 0,05 por litro.

A estatal não informou o motivo da redução, mas, de acordo com especialistas, o movimento deveu-se, de um lado, à estabilização dos preços do petróleo na faixa de US\$ 65, após terem encostado nos US\$ 70 em meio às tensões decorrentes do assassinato do general iraniano Qassem Soleimani pelos EUA. Além disso, a estabilização do câmbio também teria contribuído. O último reajuste nos preços da gasolina pela Petrobras ocorreu em 1º de dezembro do ano passado, e no caso do diesel, no dia 21 do mesmo mês.

VEÍCULO: O Globo**Data: 12/01/2020****Seção: Editorial****Autor:****Título: Exploração legal ajuda a proteger reservas indígenas**

É melhor regulamentar o uso dessas terras do que deixá-las para grupos que agem na ilegalidade

Partir do governo Bolsonaro a iniciativa de enviar ao Congresso projeto de lei que regulamenta a exploração de recursos minerais e a construção de hidrelétricas em reservas indígenas contaminará a proposta, devido a todos os

equívocos que o presidente e em especial o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, cometem quando tratam do assunto.

Por ser visto dentro e fora do país como um governo inimigo do preservacionismo e contrário às reservas indígenas, tudo o que parta do Planalto neste campo é tratado com desconfiança. Mesmo a decisão correta de afinal cumprir-se o que estabelece a Constituição: o uso econômico de recursos das reservas precisa ser aprovado pelo Congresso, o que já significa um freio a conhecidos grupos de pressão que atuam no Legislativo sem preocupações ambientais. Dar exposição a eles no transcorrer da tramitação deste projeto é uma forma de inibi-los.

A entrada organizada de empresas nas reservas, em comum acordo com os índios, é um dos temas que desatam paixões. Talvez seja impossível superar por completo este conflito, mas é ruim que o choque entre críticos e defensores do uso econômico e criterioso dessas regiões tenha efeito paralisante sobre governos e legisladores.

Nada fazer é ajudar madeireiros e garimpeiros que atuam sem limites nessas áreas degradando o meio ambiente.

O debate sobre a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, feita no segundo governo Lula, chegou ao Supremo, que confirmou a retirada de fazendeiros da área. No seu voto, no final de 2008, o ministro Carlos Alberto Direito formulou princípios razoáveis para o enfrentamento do problema da delimitação das reservas.

Eles podem ser resgatados agora no Congresso para ajudar no debate durante a tramitação da proposta do governo, tendo a vantagem de haverem passado pelo Supremo, aprovados pela Corte.

O ministro, já falecido, listou 18 pontos relacionados às reservas. Um deles reforça que a pesquisa e a lavra de recursos minerais dependerão sempre de autorização do Congresso. É o que se pretende fazer agora, e isso deve ser apoiado.

Dada a extensão territorial brasileira, ainda há tribos não contatadas, cuja intenção de se manterem isoladas deve ser respeitada. Assim como precisa ser considerado o desejo de outras de terem acesso a benefícios disponíveis à população e de usufruir do resultado da exploração ordenada de suas reservas, sem esquecer os devidos cuidados com a preservação de sua cultura.

Há 462 terras indígenas regularizadas, que somam 12% do território nacional. É uma ilusão querer que toda esta imensidão seja mantida intacta, e os índios

fiquem imunes a contatos indesejados com madeireiros e garimpeiros ilegais. Por isso, o melhor a fazer é regulamentar.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 12/01/2020

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni e Rafaela Gonçalves

Título: Freio da Petrobras

Apesar de o dólar ter tido a maior alta em dois meses ontem, cotado em R\$ 4,142, e de a moeda norte-americana ser um componente importante na composição de preços dos combustíveis, a Petrobras anunciou redução de 3% nos valores da gasolina e do diesel nas refinarias a partir de hoje. O litro do diesel S500 ficou R\$ 0,061 mais barato, em média, e o do diesel S10, R\$ 0,0808. Na gasolina, o impacto na refinaria é de R\$ 0,06. Não há previsão de quando essa redução chegaria ao consumidor final.

Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro disse que não iria interferir na política de preços da estatal, embora, naquele momento, a relação entre Estados Unidos e Irã estivesse em agudo conflito. Ontem, a justificativa para a Petrobras anunciar a queda nos preços foi justamente o recuo das tensões entre os dois países.

Para o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicombustíveis-DF), Paulo Tavares, a redução anunciada de 3% na refinaria significa uma queda de R\$ 0,06. “Isso cai para R\$ 0,04 nas distribuidoras e não contempla o aumento do etanol, ou seja, não vai significar nada. Ainda mais com essa alta do dólar. Isso é uma prova de que o governo está pressionando”, avaliou.

Apesar de considerar a redução positiva, o economista da Universidade de Brasília (UnB) Cesar Bergo afirmou que é necessário observar até que ponto a decisão foi tomada de forma voluntária. “Logo após o conflito, o valor subiu. Agora, voltou atrás. Não podemos ignorar a pressão política que vem sendo feita pelo governo, trabalhando sugestões de tributos que incidem na gasolina com possibilidade de racionalizar e de alguma forma impactar no preço final na bomba”, explicou.

A gasolina não sofria reajuste desde 1º de dezembro; já o diesel tinha valor estável desde 21 de dezembro, quando houve uma subida de 3%. Nos preços da gasolina, o último aumento foi de 4%, em 27 de novembro. A petroleira tem reiterado que sua política de preços para a gasolina e o diesel segue o princípio

da paridade de importação, composta pela cotação internacional dos produtos, adicionado aos custos de importadores, como transporte e taxas portuárias, além do impacto cambial.

De acordo com Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), a estatal agiu de forma coerente. “A Petrobras fez exatamente o que tinha feito quando a Arábia Saudita sofreu um ataque de drones, ou seja, esperou um pouco para ver quando a volatilidade ia parar e aí se posicionou”, disse.

Naquela ocasião, no entanto, a petroleira demorou, mas elevou o preço dos combustíveis. Agora, fez exatamente o contrário: reduziu o preço nas refinarias. “Existe uma reclamação no mercado de que a Petrobras demora para aumentar o valor, mas, quando baixa, faz isso rapidamente”, afirmou Pires. “O que houve foi que a empresa esperou a tensão entre Irã e Estados Unidos se acalmar”, resumiu.

Para o especialista, no Brasil, há uma cultura, em relação a preço de combustível, de cobrança a qualquer reajuste. “Se é plano de saúde, ninguém reclama. Quando é o diesel, há uma discussão meio exagerada, fruto da cultura de governos anteriores, que usaram o valor do combustível de maneira populista. Isso ficou na cabeça do povo”, avaliou.

Pires defendeu a criação de um fundo para garantir estabilidade de preços diante de eventos geopolíticos e também sustentou que é preciso discutir os impostos que incidem sobre os combustíveis, especialmente o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que tem alíquotas diferentes em cada estado brasileiro. “Como é uma alíquota percentual de ICMS, cada vez que aumenta o valor da gasolina, os estados ganham mais com isso e, ao mesmo tempo, vira uma das fontes de sonegação do país”, lamentou.

Segundo ele, o Brasil precisa fazer um debate mais qualificado sobre os combustíveis. “Temos que aproveitar que o país será um grande produtor de petróleo daqui para a frente e criar um fundo usando excedente dos royalties para que, durante esses eventos geopolíticos, a volatilidade não acabe punindo nem refinarias nem consumidores”, reiterou.

O governo, de fato, estuda fazer um fundo. **O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, disse, na semana passada, que avalia utilizar recursos de royalties e participações especiais cobradas sobre a produção de petróleo para compensar eventuais impactos dos preços internacionais nas bombas.

*** Estagiária sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza**

MME / ASCOM .